

# DESPACHO DE EXECUÇÃO COERCIVA – ORDEM DE PENHORA DE CONTA BANCÁRIA

**Processo:** 1234/24.5T8LSB

**Vara:** 2.<sup>oa</sup> Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

**Juiz:** Dr. Luís Almeida – Juiz de Direito

**Data:** 22 de fevereiro de 2026

## VISTOS

1. O requerimento de execução coerciva apresentado pela **XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.**, com sede em Av. da República, 45, 1050-150 Lisboa, NIF 504 123 456, representada pelos seus mandatários, Dr. João Silva (OA 12345) e Dra. Maria Fernandes (OA 67890), nos termos do artigo 751.º do Código de Processo Civil (CPC).
2. A sentença proferida nos autos do processo supra, de 15 de abril de 2024, que declarou a resolução do contrato de prestação de serviços celebrado entre a autora e a ré, condenou a **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, com sede em Rua de Santa Catarina, 220, 4000-453 Porto, NIF 507 987 321, ao pagamento de € 150 000,00 (cento e cinquenta mil euros) a título de indemnização por perdas e danos, bem como à restituição de € 45 000,00 (quarenta e cinco mil euros) correspondentes a pagamentos antecipados.
3. O cumprimento da referida condenação não foi efetuado, apesar das diligências de cobrança extrajudicial realizadas pela parte credora, permanecendo o débito total em aberto, no montante de **€ 195 000,00 (cento e noventa e cinco mil euros)**, acrescido dos juros de mora legal a contar da data da sentença.
4. A existência de bens penhoráveis da parte ré, notadamente a titularidade de conta bancária junto ao Banco Comercial Português, S.A., com os seguintes dados:

Banco	IBAN	Titular
Banco Comercial Português, S.A.	PT50 0035 0000 1234 5678 9015 2	ABC – Consultoria Empresarial, Lda.

## CONSIDERANDO

- Que, nos termos do artigo 752.º, n.º 1, do CPC, a penhora de bens do devedor constitui medida executiva coerciva destinada a assegurar a satisfação do crédito reconhecido judicialmente.
- Que a conta bancária identificada encontra-se ao abrigo da titularidade da parte ré, sendo, portanto, bem penhorável nos termos do artigo 761.º do CPC.
- Que a penhora ora requerida tem por objetivo garantir o pagamento integral da quantia devida, incluindo o principal, juros de mora e custas processuais, nos termos do artigo 757.º do CPC.

## DECIDE

1. **Autorizar a penhora** da conta bancária da parte ré, **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, junto ao Banco Comercial Português, S.A., com IBAN **PT50 0035 0000 1234 5678 9015 2**, até ao limite do montante total da dívida executiva, a saber **€ 195 000,00 (cento e noventa e cinco mil euros)**, acrescido dos juros de mora até à data da efetiva satisfação do crédito.
2. Determinar ao **Banco Comercial Português, S.A.**, que proceda à retenção de todos os créditos que, em nome da parte ré, venham a ser depositados na referida conta, até ao montante total da dívida executiva, devendo comunicar ao Juízo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a quantia efetivamente penhorada e o saldo remanescente, se houver.

3. Notificar a parte ré, **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, por meio de seu mandatário, Dra. Sofia Costa (OA 11223), para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da presente notificação, indique, se for o caso, outros bens penhoráveis, bem como eventual impugnação ao presente despacho, nos termos dos artigos 769.º e 770.º do CPC.
4. Determinar a **expedição de ofício** ao Banco Comercial Português, S.A., para que, além da retenção dos créditos, proceda à comunicação de quaisquer movimentações futuras na conta, bem como a entrega de extratos bancários referentes ao período de 1.º de janeiro de 2024 até à data da efetiva satisfação da dívida.
5. Fixar **as custas processuais** da presente fase executiva ao réu, nos termos do artigo 777.º, n.º 1, do CPC, devendo ser incluídas na liquidação da condenação.
6. **Intimar** a parte autora, XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., através dos seus mandatários, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente ao Juízo a documentação comprovativa dos pagamentos antecipados objeto da condenação, bem como quaisquer outros documentos que considerem relevantes para a efetiva liquidação da dívida.
7. **Registrar** o presente despacho no Livro de Execuções da 2.ª Vara Cível, procedendo à sua publicação no Boletim de Informação Judicial (BIJ) e à sua comunicação eletrónica, nos termos do artigo 744.º do CPC.
8. **Fica** a parte ré advertida de que o não cumprimento da presente ordem poderá acarretar a prática de atos executivos adicionais, nomeadamente a penhora de outros bens, a penhora de quotas sociais ou a prática de arresto de bens, nos termos dos artigos 762.º e 763.º do CPC.

## **PUBLICADO**

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

---

### **Juiz de Direito**

Dr. Luís Almeida

---

### **Mandatário da parte autora**

Dr. João Silva – OA 12345

### **Mandatária da parte autora**

Dra. Maria Fernandes – OA 67890

---

### **Mandatária da parte ré**

Dra. Sofia Costa – OA 11223